

**De:** Movimento dos Atingidos por Barragens <mnab@zaz.com.br>  
**Para:** Instituto Sócio Ambiental <socioamb@ax.apc.org>  
**Data:** Terça-feira, 22 de Setembro de 1998 14:00  
**Assunto:** Denuncia: Quilombos na ONU

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL
data _____ / _____ / _____
cod. 22 9 1998 114

**Urgente**

Estamos enviando o documento que você solicitou por intermédio do Gilberto. Nos temos uma foto da Capela de Ivaporanduva de 05/09/98 quando estivemos visitando algumas comunidades quilombolas, caso você queira publicá-la esta a disposição no MAB.

Abraços

Sandra e Cezar

#### 50º PERÍODO DE SESSÃO DA SUBCOMISSÃO DE PREVENÇÃO DA DISCRIMINAÇÃO E PROTEÇÃO ÀS MINORIAS DA ONU

O MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens e a Secretaria Municipal de Combate ao Racismo (PT - Mauá), prepararam o documento abaixo e um dossiê denunciando os problemas vividos por comunidades remanescentes de quilombos e enviaram para Genebra - Suíça para serem apresentados, durante o mês de agosto, na 50ª Conferência Mundial dos Direitos Humanos, na sede da ONU (Organização das Nações Unidas).

As denúncias serão apresentadas por Sadi Baron, coordenador nacional do MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens), que explanará os graves problemas sociais e ambientais causados pela construção de barragens e pelo etnólogo Guilherme dos Santos Barboza que apresentará denúncias a respeito dos remanescentes quilombos de todo Brasil, enfatizando o Paiol de Telha e as comunidades atingidas ou ameaçadas por barragens.

#### COMUNIDADES NEGRAS REMANESCENTES DE QUILOMBOS

Depois de séculos de esquecimento por parte dos governantes e de suas políticas, os negros não desanimaram e saíram em peregrinação, junto ao INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), Fundação Cultural Palmares, Institutos de Terra estaduais, prefeituras, governos estaduais, para rever a posse definitiva das terras que sempre lhe pertenceram, conforme artigo 68 dos Atos das Disposições Transitórias da Constituição Federal: "Aos Remanescentes das Comunidades dos Quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o estado emitir-lhes os respectivos títulos."

No Brasil o que falta é justamente a vontade política. Palavras, promessas políticas, existem em grande quantidade e se renovam em cada processo eleitoral. No intuito de formularem projetos de Lei que acabam descaracterizando a nossa Carta Magna.

22/09/98

Considerando que a Declaração das Nações Unidas sobre a eliminação de todas as formas de discriminação racial de 20 de dezembro de 1963 (Resolução nº 1904 (XVIII) da Assembléia Geral), afirma solenemente a necessidade de eliminar rapidamente a discriminação racial no mundo, em todas as suas formas e manifestações, e de assegurar a compreensão e o respeito a dignidade da pessoa humana de acordo com o art. 1º da presente Convenção.

“Ao longo de sua trajetória neste país, a população negra foi vítima de uma elite racista que buscou ser detentora de sua liberdade e tornar-se proprietária das terras daqueles que nelas vivem e trabalham: negros, índios e excluídos em geral. Dessa forma, através da injustiça e da manipulação, concentrou-se grandes extensões de terras em mãos de meia dúzia de privilegiados e relegaram as favelas e palafitas a milhões de deserdados da nação. Neste processo, centenas de povos indígenas e quilombolas foram dizimados a ferro e fogo.

Apesar de negados pela história oficial, os quilombos existiram em todo o País, tendo constituído um marco de resistência da população negra contra a opressão. Atualmente tentam apagar do mapa brasileiro os territórios das comunidades negras remanescentes de quilombos.

Trata-se de uma população que sofre a opressão de latifundiários, empresas mineradoras, madeireiras, construtoras de barragens e que luta para fazer valer o direito de viver na terra conquistada pelos seus antepassados quilombolas.” Carta dos Quilombos Contemporâneos.

Em todo o país, segundo a Fundação Cultural Palmares (criada pelo governo federal em 1991), existem 571 comunidades de quilombos. Porém na III Reunião Nacional das Comunidades Negras Rurais Quilombolas, realizada em junho de 1997, a avaliação é de que no Brasil existem cerca de 700 comunidades originárias de quilombos. Na realidade, à medida que tomam conhecimento do artigo da Constituição Federal, muitas comunidades se levantam para garantir a titulação de suas terras, e passam a ser conhecidas pelos segmentos da sociedade.

Muitas comunidades rurais de remanescentes de quilombos, vem sofrendo uma ameaça constante à continuidade de sua cultura, identidade e legado e principalmente à sua sobrevivência. São comunidades cujas terras estão localizadas em áreas que serão inundadas pelos reservatórios de barragens, como são os casos das 51 comunidades (já detectadas) do Vale do Ribeira em São Paulo. Há ainda comunidades que sofrem as conseqüências das grilagens de terra, como é o caso da comunidade de Paiol de Telha que há cerca de 37 anos foi expulsa de sua terra e submetida a processo de violência física, tentativas de homicídio e, ainda, continua buscando seu direito à vida e à terra.

Segue anexa documentação que retrata o descaso dos governantes com a população menos favorecida, especificamente as populações negras rurais quilombolas, diante da política neoliberal e globalizada que só tem contribuído para a exclusão destes povos, no que se refere ao direito à cidadania e à uma vida com dignidade.

#### Comunidades Atingidas por Barragens

Ainda não se tem um número preciso de quantas comunidades de remanescentes de Quilombos são

ameaçados pela construção de barragens. Mas temos algumas já identificadas e que no momento estão resistindo em suas terras e buscando a titulação:

### Comunidades no Vale do Ribeira - Estado de São Paulo

As comunidades abaixo relacionadas fazem parte de uma lista de 51 comunidades negras detectadas pelo grupo de pesquisa organizado pelas próprias comunidades quilombolas e pelo etnólogo Guilherme dos Santos Barboza. São as que poderão ser afetadas direta ou indiretamente pela construção de 04 barragens no Rio Ribeira de Iguape: Tijuco Alto (do Sr. Antônio Ermírio de Moraes), Batatal, Funil e Itaóca da CESP.

Município de Eldorado: Ivaporunduva, Ivaporunduvinha, Nhuiguara, São Pedro, Sapatu, Pedro Cubas, André Lopes, Abobral, Poça, Galvão, Engenho.

Município de Iporanga: Porto dos Pilões, Quilombo Santa Cruz, Praia Grande, Castelhanos, Enseada, Bombas, Maria Rosa, Porto Velho, Jurumirim, João Surrá e Maria Cláudia.

Município de Barra do Turvo: Cedro, Ribeirão grande, Reginaldo, Terra Seca,

Município de Iguape: Momuna, Miguel, Patrimônio, Itatins, Pavao, Couveiro.

Município de Cajati: Vila Andréia, Mandira, Abóbora, Capitão Brás.

Município de Itaóca: Cangume.

### Comunidades no Estado do Pará:

A Bacia do Rio Trombetas é habitada por 19 comunidades remanescentes de quilombos. As comunidades abaixo relacionadas serão atingidas pelas Barragens de Cachoeira Porteira e Chuvisco, programadas para serem construídas no Rio Trombetas, no estado do Pará.

UHE Cachoeira Porteira: Comunidades de Cachoeira Porteira, Abuí, Paraná do Abuí, Tapagem, Sagrado Coração, Jamfari, Boa Vista, Último Quilombo, Bacabal, Moura, Aracuan de Cima, Aracuan do Meio, Aracua de Baixo.

UHE Chuvisco: Cachoeira Paçada, Espírito santo, Jauari, Jarauacá, Terra Preta, Serrinha, Água Fria.

### Comunidades no Estado de Minas Gerais

Até o momento, foram detectadas 02 comunidades negras em áreas a serem inundadas pelas barragens. É possível que hajam outras, uma vez que já foram identificadas cerca de 50 comunidades remanescentes de Quilombos em Minas Gerais.

UHE Irapé: Comunidade de Porto Coris

UHE Pilar: Comunidade de Abre Campo

## Comunidade Expulsa de sua terra - "Paiol de Telha"

Há 37 anos, cerca de 50 famílias da Comunidade Negra Paiol de Telha, município de Pinhão no estado do Paraná estão lutando para reaver suas terras das quais foram expulsas. Outras 70 famílias provenientes da comunidade, se dispersaram na região do município de Guarapuava.

Há mais de um ano as famílias estão acampadas a 50 quilômetros de Guarapuava em frente à Fazenda Fundão no estado do Paraná, lutando pela reintegração de posse.

## Cronologia

1860- 11 (onze) escravos negros receberam em testamento inalienável de Balbina Francisca de Siqueira a doação da área de terra (3.600 alqueires) e ali passaram a constituir uma comunidade

1866- As famílias sofreram processo de inventário e perderam parte de suas terras para Pedro Lustosa.

1960- João Trinco Ribeiro passa a ameaçar a comunidade.

1972- Sofrem grandes ameaças pelo delegado Oscar Pacheco dos Santos, sendo expulsas em seguida 70 famílias de suas terras pela Cooperativa Agrária Mista Entre Rios.

1997- Permanecem acampados na estrada por nove meses e onde estão até o momento julho de 1998, passando fome e sobrevivendo com a doação de organizações e sociedade.

A Comunidade pretende:

- Imediata liberação de uma área apropriada para a realização de plantio e colheita
- desapropriação pelo governo estadual ou federal, da área que lhes foi violentamente expropriada.

**EXIGIMOS QUE SEJA FEITA JUSTIÇA COM URGÊNCIA AOS REMANESCENTES DE QUILOMBOS QUE LUTAM POR UMA VIDA DIGNA, FAZENDO-SE ASSIM, CUMPRIR A CARTA MAGNA .**

Documento elaborado por Sandra Inez G. Paulino (Secretária Nacional do MAB), Cezar Augusto Ribeiro Alves (Assessor do MAB) e Gilberto Sales (Secretário Municipal de Combate ao Racismo / PT-Mauá) e Assessor do Deputado Wagner Lino na Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa de SP)

MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens

Telefax: (011) 256-0839

Secretaria Municipal de Combate ao Racismo (PT - Mauá)

Telefax: (011) 747-2333

50º PERÍODO  
DE SESSÃO DA SUBCOMISSÃO  
DE PREVENÇÃO DA DISCRIMINAÇÃO E  
PROTEÇÃO ÀS MINORIAS DA  
ONU

MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens  
Secretaria Municipal de Combate ao Racismo PT - Mauá

\$\$\$\$\$\$ 8 LINES REFORMATTED BY POPPER AT ax.apc.org \$\$\$\$\$\$